

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**BLACHÉCAST - FEMINISMO E CINEMA:
QUAL O PAPEL DA MULHER NO MEIO CINEMATOGRAFICO?**

Erika Sarah Meira Cavalcanti

**Natal, RN
2020**

ERIKA SARAH MEIRA CAVALCANTI

BLACHÉCAST - FEMINISMO E CINEMA:
QUAL O PAPEL DA MULHER NO MEIO CINEMATOGRAFICO?

Trabalho de Conclusão de Curso em Concepção e Criação no Audiovisual, apresentado ao curso de audiovisual, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - Audiovisual.
Orientador: Prof. Dr. Ruy Alkmim Rocha Filho

NATAL
2020

ERIKA SARAH MEIRA CAVALCANTI

BLACHÉCAST - FEMINISMO E CINEMA:
QUAL O PAPEL DA MULHER NO MEIO CINEMATOGRAFICO?

Trabalho de Conclusão de Curso em Concepção e Criação no Audiovisual, apresentado ao curso de audiovisual, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - Audiovisual.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Alkmim Rocha Filho

Data da aprovação
04/12/2020

Banca examinadora

Prof. Dr. Ruy Alkmim Rocha Filho
UFRN – Orientador

Profa. Dra. Maria Ângela Pavan

Profa. Dra. Sandra Mara Oliveira Souza

NATAL
2020

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar”.
(Angela Davis)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares e aos meus amigos, que nunca deixaram de acreditar em mim. A cada palavra de incentivo, abraços e dicas. Em especial a duas amigas queridas, Nathália Pires e Liz Medeiros, que mesmo estando do outro lado do Oceano puderam me ajudar a continuar firme na luta pela conclusão do meu curso. Ao meu namorado, Rodrigo Garcia, a pessoa que mais segurou a minha barra em todos os momentos da graduação. Agradeço também a minha tia Bete Meira, pelas orientações gramaticais.

Agradeço a minha cadela, Lua, que esteve comigo em praticamente todos os momentos em que eu escrevia, a única que me viu sorrir, chorar, me animar e desanimar durante todo esse processo. Obrigada minha Lulua pelo amor mais puro que já conheci e por fazer esse momento ser mais leve com você do meu lado.

Gratidão ao meu orientador Ruy Rocha, por aceitar orientar o meu trabalho mesmo diante das circunstâncias. Aos meus professores por compartilharem tantos conteúdos lindos sobre cinema. Agradeço aos meus colegas e amigos que compartilharam tantas vivências durante a graduação, os calouros que viraram amigos e que levarei por toda vida. Agradecimento especial aos amigos e colegas de curso Rodrigo Bento, pelas dicas valiosas e ao Igor Ribeiro, pelas dicas e comentários.

Agradecimentos especiais à querida Dênia Cruz, que se prontificou de primeira em participar do podcast Blachécast e compartilhou suas incríveis experiências. Obrigada por ser essa mulher inspiradora. Gratidão à minha amiga querida Rebeca Cruz, que também se prontificou a ser uma das participantes da gravação e que segurou minha mão nos momentos mais difíceis.

A todas e todos que nunca deixaram de acreditar em mim!

RESUMO

O presente trabalho buscou entender qual o papel da mulher no cinema nacional, além de entender de que forma o movimento feminista, tanto na sociedade quanto dentro do audiovisual, tem contribuído para a representatividade feminina. Fazer um breve resgate histórico de cineastas que foram invisibilizadas, mas deixaram um legado importante de vanguarda para as cineastas do presente e do futuro. Realizar o projeto piloto de um podcast, o Blachécast, no intuito de dar voz às mulheres que protagonizam ou estudam o cinema, agora pensando mais na realidade do Rio Grande do Norte, através de um formato audiovisual que vem crescendo nos últimos tempos.

Palavras-chave: cinema, feminismo, podcast, audiovisual

ABSTRACT

The present work sought to understand the role of women in national cinema, in addition to understanding how the feminist movement, both in society and within the audiovisual, has contributed to female representation. Make a brief historical rescue of filmmakers who have been made invisible, but who have left an important avant-garde legacy for filmmakers of the present and the future. Carry out the pilot project of a podcast, Blachécast, in order to give voice to women who star or study cinema, now thinking more about the reality of Rio Grande do Norte, through an audiovisual format that has been growing recently.

Keywords: cinema; feminism; podcast; audiovisual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2. OBJETIVOS	13
2. METODOLOGIA.....	14
3. O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE	16
3.1 A EVOLUÇÃO DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE, A PARTIR DO SÉCULO XX.....	16
3.2. O MOVIMENTO FEMINISTA E O AVANÇO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA	21
4. O CINEMA.....	24
4.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA.....	24
5. O PAPEL DA MULHER NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS.....	28
5.1 O POTENCIAL FEMININO NAS FUTURAS PRODUÇÕES.....	30
6. O PODCAST.....	34
6.1 RELATÓRIO DA GRAVAÇÃO DO PROJETO PILOTO BLACHÉCAST.....	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

Para chegar à sociedade contemporânea a humanidade vivenciou diversas mudanças ao longo de inúmeras eras, em que o ser humano foi se adaptando ao meio ambiente e permitindo transformar-se de acordo com as necessidades da sua cultura, do meio ambiente e da sociedade formada. De acordo com Reed (2008), uma das mais substanciais características do capitalismo, modelo de sociedade na qual a sociedade ocidental vive nos dias atuais, é a desigualdade entre os sexos¹.

Segundo Andrioli e Angelin (2012) a opressão da mulher foi naturalizada e reforçada pela religião cristã, principal crença da sociedade ocidental, sendo legitimada por passagens bíblicas, sobretudo do Antigo Testamento, em que é relatada a história desta religião, fundamentada no patriarcado, tendo início nas Tribos lideradas por homens na época antes de Cristo, até a própria figura de Jesus Cristo, seguido por 12 apóstolos, todos do sexo masculino. Isso reforça o quanto a figura masculina foi sendo supervalorizada, enquanto à mulher restou o papel de submissão.

Ainda de acordo com Andrioli e Angelin (2012), as mulheres se tornaram símbolos do pecado e a elas foi imposto o papel de subordinação, o qual ainda sofre influência do mundo ocidental e é reiterado pela igreja cristã. Esta prática falocêntrica foi sendo questionada com a chegada dos movimentos feministas, mas ainda há muito a se conquistar, tendo em vista que, mesmo nos dias atuais, a mulher muitas vezes é subjugada nos mesmos moldes senis impostos pelo cristianismo.

No mundo audiovisual, muitas vezes pode-se ver a inferiorização da mulher reforçada, já que esta é sempre colocada em cena para o deleite masculino, seguindo um papel de submissão, de fetichização do seu corpo e até mesmo de ter a sua realização pessoal ligada a um homem. (GUBERNIKOFF, Giselle. 2009. p.13)

Isto leva a um questionamento sobre qual é o papel da mulher na sociedade contemporânea e para discutir este cenário e demarcar de que forma ele influencia no audiovisual e no cinema, realizou-se a criação de um programa de *podcast*, formato escolhido por se tratar de uma produção de baixo custo, prática realização, além de ser um dos formatos de *Streamer* que mais crescem no Brasil. De acordo com uma pesquisa noticiada pela *TecMundo*, em 2019², o consumo de *podcasts* teve um aumento de 67% nesse mesmo ano.

¹ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm> acesso em 20 de novembro de 2020.

² Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/146951-consumo-podcasts-brasil-cresce-67-2019-aponta-pesquisa.htm>, acesso em: 20 de novembro de 2020.

A partir desta reflexão o projeto tem a finalidade de trazer, para os meios acadêmico e social, a discussão acerca da importância do empoderamento feminino e da representatividade da mulher no audiovisual. A necessidade de falar sobre o tema também levou em consideração que, no meio cinematográfico brasileiro, apenas 17,9% dos longas-metragens foram dirigidos por mulheres, segundo o último estudo divulgado pela Agência Nacional de Cinema (Ancine)³, em 2018, além de outros aspectos que envolvem a história do cinema e da mulher no mundo.

Ainda de acordo com a pesquisa da Ancine, que se refere a 142 filmes veiculados no circuito nacional no ano de 2016, a quantidade de mulheres negras assumindo papéis de liderança no cinema foi quase insignificante. Dos longas-metragens analisados, um percentual de 0% representava mulheres negras como diretoras e/ou roteiristas. Neste sentido, é impossível falar de representatividade feminina sem fazer os recortes de raça e de classe, já que, historicamente, a mulher é colocada em funções secundárias e isso piora de acordo com sua raça e classe social.

A produção de audiovisual, principalmente de cinema, quando não ocorre de forma independente, precisa de recursos públicos, sejam eles de âmbito federal, estadual ou municipal, o que demonstra a importância de se ter políticas públicas voltadas para esta realização. De acordo com a pesquisa da Ancine, já mencionada nos parágrafos anteriores, este meio ainda é dominado por homens brancos. Apenas no gênero de documentário foi visto um percentual mais representativo de mulheres, que englobou o total de 29,5% dos filmes. Já o tipo que teve menor representação foi o de animação, com apenas uma obra dirigida por mulher. Foram analisadas as funções de direção, roteiro e produção, nos critérios de identidade de gênero e raça e as funções de direção de fotografia e direção de arte, no critério de identidade de gênero.

As mulheres travam uma histórica luta por sua emancipação, desde a Idade Média, quando praticamente não tinham direito sobre suas próprias decisões, passando pela luta do sufrágio, até o direito de trabalhar e de ter domínio sobre seu próprio corpo. Isso reflete na maneira como a sociedade é dividida até hoje, como veremos no decorrer deste trabalho.

Angela Davis, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016), fala um pouco das diferenças entre as lutas da mulher branca e da mulher negra, que servem de comparativo com a realidade brasileira, em que a esmagadora maioria das mulheres, que conquistaram o tão pequeno espaço de representatividade social, são brancas e quase sempre de classe social mais favorecida.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/arquivos/informe-diversidade-2016.pdf>, acesso em 20 de novembro de 2020.

A execução do projeto, feita por uma mulher e para toda a sociedade, mas em especial para outras mulheres, que em sua essência são comunicadoras sociais e trabalham com audiovisual, tornou-se uma alternativa de trazer para este meio o protagonismo feminino. A escolha do *podcast* foi uma alternativa para divulgar esta discussão de uma forma econômica, eficaz e de fácil acesso.

Já que um dos pilares deste trabalho é a preocupação com a representatividade, a escolha do nome também precisava seguir esta linha. Alice Guy-Blaché, segundo um pequeno artigo publicado por Mari Dutra no site *hypeness.com.br*⁴, é um marco importante para o cinema, pois foi a primeira pessoa que contou uma história, ou seja, criou uma narrativa ficcional usando as ferramentas do audiovisual, diferente dos irmãos Lumière que traziam as cenas de maneira mais documental.

Ainda segundo a publicação, o curta-metragem “A fada do repolho”, dirigido por Blaché, foi o primeiro filme narrativo na história do cinema, o qual contava a história do nascimento de uma fada. A cineasta dirigiu mais de mil filmes e também ficou conhecida por se identificar com as ideias feministas da época, algo que pode ser visto no seu filme “As consequências do Feminismo”, que contava uma história em que os papéis da mulher e do homem eram invertidos. Além disso, Alice Guy-Blaché também dirigiu o primeiro filme cujo elenco era totalmente formado por atores negros. Em 1910, a cineasta, juntamente com seu marido Herbert Blaché, também cineasta, fundou seu próprio estúdio de cinema, uma ação de vanguarda ao mundo hollywoodiano. Alice nasceu em 1º de julho de 1873, na França, e morreu aos 95 anos, em 24 de março de 1968, nos Estados Unidos.

⁴ Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/03/alice-guy-blache-a-pioneira-do-cinema-que-a-historia-esqueceu/>, acesso em 20 de novembro de 2020.

1.1 JUSTIFICATIVA

A ideia de fazer um trabalho pautado nos questionamentos feministas surgiu em meados da graduação, quando passamos a estudar diversas figuras importantes na história do cinema, mas poucas eram mulheres, o que me gerou uma inquietação logo de cara. Quando me lembro de disciplinas como História e Teoria do Cinema, o que me vêm à mente são nomes como os irmãos Méliès, David Griffith, Glauber Rocha, Eduardo Coutinho, Martin Scorsese, Alfred Hitchcock, Cleant Eastwood, David Fincher, Pedro Almodóvar dentre outros, que foram sim figuras importantes e extremamente talentosas, mas me pergunto “e as mulheres, onde estiveram e onde estão até hoje?”. Mesmo sabendo de nomes como Alice Guy-Blaché, Cléo de Verberana, Adélia Sampaio, Sofia Copola, dentre outras, poucas são as recordações que tenho desses nomes sendo disseminados quando estudei história do cinema durante a graduação.

Acredito que o audiovisual é uma das plataformas culturais mais fortes dentro da sociedade, além de ser, em vários âmbitos, um canal mensageiro e formador de opinião⁵. Nos enredos das novelas, por exemplo, sempre existiram personagens marcantes, que inspiraram a infância e juventude de muitos brasileiros e brasileiras.

Por considerar importante a representatividade no cinema, achei prudente fazer um breve resgate histórico da mulher dentro do campo cinematográfico, sobretudo das cineastas que caíram no esquecimento, a partir dos dados que mostram que, até hoje, as mulheres ocupam espaços marginalizados, não somente no meio audiovisual, mas também nas mais diversas esferas da sociedade.

Um dos pilares do feminismo é falar sobre representatividade e, no cinema nacional, discutir esse assunto é entender que essa consideração pode ser atrelada aos estudos de autoras mulheres que dialogam, mesmo que sem intenção, com autoras da comunicação e do cinema, que já vêm questionando o porquê de ainda ser mínima a quantidade de mulheres em cargos de prestígio como o de direção, produção e roteiro. E fazer essa discussão não se limitar ao meio acadêmico, como uma maneira de contribuir para a sociedade.

Por ser uma das redes sociais que mais crescem no país, o *podcast* foi o modelo escolhido para trazer esta discussão. Segundo uma pesquisa realizada pela plataforma *Deezer* de serviço *streamer*, houve um aumento de 67% na realização deste tipo de programa no Brasil, considerando também outras plataformas. O Ibope revelou, em 2019, que 40% da população brasileira já ouviu um *podcast* e 19% é ouvinte assídua. Isto revela que o *podcast* é um formato que tem crescido em pouco tempo, chamando cada vez mais a atenção da audiência de diferentes

⁵ Ver conceitos de BOURDIEU, Pierre. (1980). “A opinião pública não existe”. In: THIOLENTE, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo.

públicos⁶.

Em decorrência da ideia de que a mulher é invisibilizada não somente no cinema, mas também em diversas esferas da sociedade, foi produzido um episódio piloto do *podcast* Blachécast que trouxe, à luz de uma crítica social baseada em conceitos feministas, problemas e dificuldades das mulheres que já estão inseridas neste meio, em que posição estão inseridas, qual seu contexto de privilégio ou não privilégio social, grau de instrução e raça, dentre outras discussões. Como uma continuidade do que já foi empregado aqui e em busca de representatividade, o BlachéCast pretende continuar dando voz às mulheres, cineastas ou não, através de episódios futuros.

A universidade é um espaço acadêmico-social onde os estudantes trocam aprendizados com o intuito de promover melhorias, não somente para sua vida profissional, mas para a sociedade como um todo. Por ser um ambiente público, esperamos que os estudantes estejam preocupados com o lado social e uma das formas de contribuir para o exercício acadêmico é pensar em projetos que tragam discussões relevantes para a sociedade, que incitem o indivíduo a conhecer os problemas sociais nos quais ele está envolvido, bem como investigar a causa destes problemas e questionar de que forma ele pode contribuir para a mudança. Foi pensando nisso que surgiu a ideia da criação de um *podcast*, em que mulheres pudessem falar para a sociedade e, em especial, para outras mulheres quais são os entraves da mulher que deseja ser reconhecida no mercado, sobretudo o cinematográfico. Inspirar a partir de personalidades históricas, dentro do feminismo e do cinema, que serviram de vanguarda para as mulheres de hoje e que foram resgatadas a partir de um estudo sobre suas histórias, que outrora estiveram esquecidas.

Ao ver que existem mulheres empenhadas no resgate da sua história, lutando para conquistar espaço no mercado de trabalho, no mercado cinematográfico e até mesmo nas universidades, outras mulheres podem ser inspiradas a trilhar o caminho em busca do seu sonho.

⁶ Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/146951-consumo-podcasts-brasil-cresce-67-2019-aponta-pesquisa.htm> acesso em 23 de novembro de 2020.

1.2. OBJETIVOS

1. Refletir sobre os papéis ocupados pela mulher ao longo da história e no audiovisual, elencando as dificuldades inseridas neles e a invisibilização de cineastas mulheres da história.
2. Pesquisar e trazer para o programa um comparativo do quantitativo de homens e de mulheres que ocupam o mercado audiovisual e quais são suas colocações, diferenças salariais, etc.
3. Criar o projeto piloto de um *podcast*, feito por mulheres, em que será possível discutir, contextualizar e dar voz a mulheres que ocupam ou têm pretensão de ocupar o mercado audiovisual.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho precisou ser realizado, em um primeiro momento, a partir de uma pesquisa quantitativa acerca das mulheres no audiovisual brasileiro, usando como fonte uma pesquisa da Ancine divulgada em 2018. A partir dos dados coletados, deu-se a transformação dos números em significados relevantes para esta pesquisa, em busca de responder o questionamento do por que as mulheres ainda são minoria nos cargos de liderança no meio cinematográfico. Para responder a esta pergunta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autoras e autores que contextualizaram o papel da mulher na sociedade e, mais especificamente, o papel e a evolução da mulher no audiovisual.

De acordo com Stumpf (2006) a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida para qualquer produção acadêmica. A autora afirma que é inerente ao ser humano registrar a sua história que antes ocorria a partir de suas memórias biológicas e, ao longo da evolução humana, teve a escrita como ferramenta. A partir disso, entende-se a relevância de utilizar a bibliografia como maneira de enriquecer o trabalho, de buscar respostas às perguntas e comprovar ou desconstruir hipóteses que porventura tenham surgido na intenção inicial da pesquisa.

A revisão da literatura continua na etapa de análise dos dados coletados. É nesta fase que o exame dos textos poderá auxiliar a interpretar e explicar os fenômenos observados. Todo auxílio externo que conseguir é uma complementação a bagagem pessoal do pesquisador em um enriquecimento análise que pretende elaborar, uma vez que nada substitui o conhecimento próprio, formado através de leituras direcionadas que fez para elaboração do trabalho. (STUMPF, 2006, p. 54)

O processo bibliográfico, portanto, fez parte deste trabalho desde o início da elaboração da ideia e vai estar presente mesmo após sua finalização. O estudo das bibliografias esteve presente na pesquisa e também serviu de referencial teórico para o projeto piloto do *podcast*, para que as discussões lá apresentadas tenham credibilidade a partir de estudiosos que explicitaram o assunto em suas obras.

Para a elaboração do *podcast*, primeiro foi realizada uma pesquisa de outros *podcasts* que tivessem uma temática parecida, para entender de que forma a ideia já está sendo propagada e se estava sendo propagada. Em seguida a procura por convidadas que pudessem dar sua contribuição na gravação do episódio piloto e aqui surgiram algumas dificuldades como choque de horários e outros entraves naturais do contexto de pandemia que o mundo está vivendo. Para a gravação foi pensado um roteiro aberto, escrito a mão, por ser a única ferramenta disponível a mim na semana da gravação. Por não ter tido a prática de gravar *podcast* nem ter estudado o formato durante a graduação, foi necessário estudar, através de conteúdos gratuitos disponíveis no *Youtube*, como fazer o processo criativo de um programa de *podcast*, quais aplicativos poderiam me ajudar na gravação e na edição.

A gravação foi realizada em um aplicativo gratuito disponível no *Apple store*, chamado *Anchor*, onde é permitida a gravação remota, desde que exista conexão com a internet, com mais de uma pessoa, o que foi essencial para o contexto da gravação. O relatório da produção e da gravação, bem como seus resultados, foram explanados com mais detalhes no capítulo 6 deste trabalho.

3. O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Para entender como a figura da mulher, e do feminino, foi construída e perpetuada até os dias de hoje, é preciso entender como isso ocorreu ao longo da história humana na sociedade. Nos próximos tópicos, serão trazidas reflexões acerca da evolução do papel da mulher, do avanço do movimento feminista e sua importância para mudar o cenário da mulher no mercado de trabalho e a evolução de políticas públicas que puderam ajudar na inserção da mulher na sociedade e como a ausência dessas políticas pode prejudicar a representatividade em setores como o do audiovisual. Segundo Maders (2010. p. 98) “Não são raras as vezes em que as mulheres são consideradas dignas de menos direitos do que os homens, embora vivam juntamente com eles sob o manto do mesmo estado democrático de direito”. Essa frase denota o quanto a sociedade atual ainda precisa mudar a sua postura com relação aos direitos da mulher.

3.1 A EVOLUÇÃO DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE, A PARTIR DO SÉCULO XX

A chegada do século XX trouxe para a mulher o início da evolução no seu papel histórico, que outrora estava atrelado apenas aos afazeres domésticos e da maternidade. No Brasil a mulher ainda ocupava essas funções sociais até o final do século XIX e somente no século seguinte as mudanças foram se tornando mais significativas. A história conta que o país foi construído a partir dos moldes do patriarcado, o que gerou profundas raízes na sua cultura. (SINIGAGLIA, 2018)

Segundo Sinigaglia (2018), a sociedade ocidental foi se estruturando a partir de uma divisão sexual do trabalho e neste contexto o homem passou a ocupar, hegemonicamente o papel dominante.

Historicamente, a mulher foi considerada por muito tempo sinônimo de fragilidade, obediência ao pai e ao marido e com pouca capacidade intelectual para desempenhar atividades que não fossem ligadas ao lar e ainda com algumas restrições. Era o homem quem governava a família e a casa, somente após sua morte é que a mulher recebia autoridade doméstica e patrimonial da família. (SINIGAGLIA, 2018. p. 45)

A autora aponta ainda que mesmo nas mudanças trazidas pelo século XX, em que a mulher passou a ocupar os espaços do mercado de trabalho, esses espaços ainda eram secundários ou em profissões consideradas femininas. E dentro dessa conquista ainda existia a batalha para provar que a mulher merecia ocupar aquele espaço, tendo sua capacidade intelectual e física constantemente questionadas.

De acordo com Simões e Hashimoto (2012), a mudança ocorrida na economia a partir deste século foi uma das contribuições para a reformulação do modelo tradicional de família, em que a mulher estaria sempre em âmbito doméstico e o homem responsável pelo sustento do lar. A mulher começou a ocupar o mercado de trabalho e ali permanece até os dias atuais, embora as funções de liderança ainda sejam majoritariamente ocupadas pelos homens.

É cada vez mais expressiva a participação feminina no mercado de trabalho remunerado e em algumas situações chega a ser o principal suporte financeiro no orçamento familiar. (SIMÕES e HASHIMOTO, 2012. p. 7)

Além disso, Simões e Hashimoto (2012) afirmam que a mulher ganha mais uma preocupação além da maternidade, como buscar aprimorar seus conhecimentos através dos estudos, ingressar no ensino superior, etc., o que trouxe uma nova estrutura na sua relação familiar. Esta participação aumentou ao longo das décadas de 1920 até 1980, juntamente com o aumento da urbanização e industrialização da sociedade brasileira mas, apesar do aumento, os cargos ocupados acabaram sendo exercidos em condições desfavoráveis e com salários decadentes.

Com a chegada do cenário da I Guerra Mundial (1914-1918), em que os homens saíam para as batalhas, a mulher passava a ocupar o papel de chefe do lar, algo que se repetiu no período da II Guerra (1939-1945). Estes homens muitas vezes perdiam a vida nos conflitos ou tinham sua integridade física prejudicada, deixando para suas esposas as responsabilidades de provedor do lar. Já no século XIX, com a consolidação da sociedade capitalista, essa mão de obra feminina foi sendo transferida para as grandes fábricas e junto com isso as mulheres ganharam direitos trabalhistas, como por exemplo o de licença à maternidade que, mesmo com mudanças, perdura até os dias atuais. (SIMÕES, HASHIMOTO. 2012)

Segundo Gubernikoff (2016), no decorrer de vários decênios a mulher brasileira teve sua educação profissional prejudicada para que desta forma a ideologia dos gêneros fosse fortalecida, o que manteve a lógica de submissão feminina e a divisão de classes, com o aval da religião cristã e do Estado.

Historicamente, a sociedade brasileira criou um constrangimento físico e moral à mulher por meio da família patriarcal. A hegemonia masculina, de dominação e poder, marcam profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira. (GUBERNIKOFF, Giselle. 2016. p. 15)

O mercado de trabalho avançou e se modernizou ao longo do tempo, a mulher conseguiu mais espaço no ensino superior e no mercado de trabalho, mas é possível perceber que algumas práticas do machismo foram mantidas até hoje. E será que isso não ocorre para manter essa relação social que inferioriza o papel da

mulher e a impede de estar no topo das posições de prestígio no mercado de trabalho?

A conquista desta posição de prestígio por uma mulher acontece de forma escassa e quando ocorre, os salários não são nada justos se comparados com o dos homens ocupando a mesma função. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, divulgada em 2019, revelou que as mulheres ganham cerca de 20,5% a menos que os homens. A pesquisa mostrou ainda que em todos os cargos de todas as profissões buscadas, o salário do homem é mais alto.

Para a mulher, o trabalho costuma estar atrelado às necessidades domésticas e o trabalho doméstico é, até hoje, considerado como atividade não remunerável, mesmo diante de todo esforço que ele demanda. Além disso, a mulher foi usada como ferramenta de mão de obra barata durante os momentos históricos em que a economia estava sendo expandida, mas quando não era mais necessário o uso do seu trabalho, a mulher era novamente colocada na função de dona de casa. (AMARAL, 2012)

É importante ressaltar que os entraves na luta pela emancipação feminina são ainda maiores quando levamos em consideração a raça e a classe dessas mulheres. Segundo Angela Davis (2016), é preciso colocar em destaque as discussões de gênero atreladas às discussões sobre raça, afinal, as mulheres brancas puderam sair para trabalhar fora de casa, uma conquista e tanto quando se coloca em pauta a luta feminina por direitos, mas ainda existia uma grande estrada em direção aos primeiros resquícios de liberdade financeira para a mulher negra.

Além de precisar lutar para conquistar espaço, e não ser invisibilizada, a mulher negra tinha (e ainda tem) que lidar com o racismo. Por exemplo, durante o movimento das sufragistas norte-americanas a postura das mulheres brancas, e dos homens que apoiavam o movimento em troca da mão-de-obra feminina, revelava, em recorrentes casos, uma posição que Davis (2016) chamou de “antinegras”.

Mulher era o critério, mas nem todas as mulheres pareciam estar qualificadas. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino (DAVIS, 2016, p. 146)

Durante o movimento *Black Lives Matter* ou, em português, Vidas Negras Importam, ocorrido em julho de 2020, foi possível ver que a resistência ainda é um dos grandes lemas do povo negro norteamericano e vale salientar que o movimento foi iniciado por mulheres negras que tiveram parentes como vítimas da violência

⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>, acesso em 20 de novembro de 2020.

policial⁸. No Brasil, ser negro também é resistir já que é o país onde 75% das pessoas mortas pela polícia são pretas ou pardas⁹. Isso revela que, sempre existirá uma mulher negra, mãe, irmã, filha ou familiares em geral, sofrendo pela vítima que teve sua vida perdida, isso quando ela não é a própria vítima.

As mulheres negras - em razão de serem a maioria em situação de vulnerabilidade social - passaram a ocupar o papel doméstico das mulheres brancas, para que estas pudessem estudar, trabalhar e lutar por direitos. Davis (2016) observou que existia uma tendência das estadunidenses negras em estarem mais preocupadas com seu sustento do que com a luta feminista. Esse é um dos motivos que revelam a importância de analisar as lutas de maneira distinta, já que as mulheres brancas saíram na frente pela luta dos direitos.

Segundo Djamila Ribeiro (2019), a história contada sob o ponto de vista da branquitude tem sido responsável por manter, até hoje, o conceito de “casa grande e senzala”, aqui no Brasil, o que coloca um véu responsável por separar a elite das classes mais baixas. Quando ocorreu a Lei Áurea¹⁰, assinada pela Princesa Isabel, ainda foram mantidos formatos análogos à escravidão, visto que não houve assistência para esses recém libertados, obrigando-os a trabalhar ou morrer de fome. Esta realidade do passado, como explica Ribeiro, reflete-se até os dias de hoje: a senzala agora configura-se como o quarto da empregada dentro dos grandes casarões, ou apartamentos de luxo, a casa grande da atualidade. Apesar de discordar de diversas posturas políticas da filósofa, reitero a importância de analisar a estrutura racial do país, que faz do racismo uma de suas grandes problemáticas.

As profissões ocupadas pela mulher negra no Brasil são majoritariamente subalternas, de alta jornada de trabalho e baixos salários. Podemos entender melhor esse contexto quando conseguimos observar que uma empregada doméstica às vezes trabalha muito mais que as 8 horas diárias e ganha pouco. De acordo com o IBGE¹¹ mulheres negras recebem quase 45% a menos do que homens brancos, além disso a maioria destas mulheres trabalham sob condições de baixa escolaridade, o que gera um entrave para que elas ocupem cargos de maior reconhecimento. Além de ter que lidar com o racismo diariamente, “é ela (a mulher negra) que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha”. (GONZALEZ, Lélia. 1980. p. 231)

⁸ Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/06/black-lives-matter-as-tres-mulheres-negras-por-tras-do-movimento-contra-o-racismo/> acesso em 28 de novembro de 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/11/4890338-tres-a-cada-quatro-pessoas-assassinadas-no-brasil-sao-negras.html> acesos em 28 de novembro de 2020.

¹⁰ Lei Áurea ou Lei n.º 3.353, sancionada pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, em 13 de maio de 1888.

¹¹ Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/globonews/globonews-em-ponto/video/mulheres-brancas-ganham-70-a-mais-que-negras-revela-pesquisa-do-ibge-8377674.ghtml> acesso em 13 de novembro de 2020.

Segundo Gonzalez (1980), o racismo, em conexão com o sexismo¹², produz maiores efeitos na mulher negra, visto que a sociedade escravocrata brasileira dispôs esta mulher em um lugar de doméstica, mãe preta e mulata. Usando seu corpo ora como objeto sexual para o deleite masculino, ora como função de empregada doméstica que se ocupa no trabalho de cuidar dos filhos e da casa da família branca.

Para Gonzalez (1980), o racismo ter sido naturalizado no Brasil estabelece ao povo negro o local do ser secundário, além de atrelar a esta população as características de um ser malandro, que não gosta de trabalhar, que é intelectualmente inferior e, para a mulher negra, as características de alguém que nasceu para as funções de “cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (p. 226)

Esse preconceito fundamentado no racismo e exposto por Lélia Gonzalez pode ser um dos motivos pelos quais as mulheres negras ainda não conquistaram espaço. Embora tenha crescido, graças a cotas raciais, o contingente de mulheres negras dentro das universidades, ainda não conseguimos gritar que há representatividade. Ainda são minoria as mulheres negras como professoras, como cineastas, como alunas.

Mesmo com a inserção das mulheres, agora falando de maneira geral, no mercado de trabalho, alguns direitos só foram conquistados com a progressão e insurgência dos movimentos feministas, especialmente na sociedade brasileira, como veremos no tópico a seguir.

¹² Segundo Dicionário on-line: “Atitude, discurso ou comportamento, que se baseia no preconceito e na discriminação sexual: a exaltação exagerada do masculino ou do feminino é uma forma de sexismo”. No texto, refere-se a exaltação do masculino sobre o feminino. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo/>, acesso em 15 de dezembro de 2020.

3.2. O MOVIMENTO FEMINISTA E O AVANÇO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O movimento feminista marcou diversas esferas da sociedade ocidental, tendo surgido em vários países da Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. De acordo com Gubernikoff (2016), as mulheres brasileiras passaram a se unir na luta pelos seus direitos a partir do Movimento Sufragista, que levantou nomes como Maria Lacerda de Moura, importante figura na luta pela emancipação feminina e Bertha Lutz, em 1920, responsável por organizar o primeiro movimento pelos direitos femininos.

Marcou uma época de transformações de valores e de comportamento, na força de toda uma ideologia construída na diferenciação dos papéis sociais e sexuais. Já não se tratava mais da reforma de uma legislação discriminatória, mas da transformação de um conjunto de valores e comportamentos para a reformulação de padrões culturais estabelecidos. (GUBERNIKOFF, 2016. p. 16)

Mas o movimento feminista só ganhou fôlego na década de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, marcado pela crescente industrialização, que inseriu ainda mais as mulheres no mercado de trabalho e na participação cultural. No entanto, a participação da mulher na economia ainda era pouco significativa, mesmo com as mudanças que começavam a se iniciar na estrutura familiar, assinaladas pelo trabalho da mulher fora de casa. Na década de 1970 pode-se ver maior competição no mercado, que agora dividia espaço para homens e mulheres e, em 1980, o questionamento sobre a sociedade machista ganhou ainda mais força dentro do feminismo. (Gubernikoff, 2016)

De acordo com Maders (2010), a progressão da tecnologia e da ciência, que foram crescendo ao longo do século XX, em harmonia com movimentos como o do feminismo e o da luta pelos Direitos Humanos e com a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, facilitaram as prerrogativas do empoderamento feminino, o que culminou no início de uma constante luta e conquista pelos seus direitos perante a sociedade.

Hoje em dia, é possível ver que a mulher está cada vez mais dentro do mercado, embora ainda receba menores salários, seja minoria nos cargos de liderança e receba menor remuneração, mesmo tendo grau de escolaridade maior. Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística¹³ (IBGE), em 2018, mesmo estudando e trabalhando mais que os homens, as mulheres ainda ganham menos e são minoria nos cargos de gerência, que são compostos por

¹³ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem> acesso em 20 de novembro de 2020.

60,9% de homens contra 39,1% de mulheres. A pesquisa divulgada em 2018 é referente a dados coletados em 2016 e foi a mais recente que o IBGE disponibilizou.

Outra pesquisa do IBGE¹⁴, divulgada em 2018, apontou que a responsabilidade com os afazeres domésticos ainda é de maior responsabilidade feminina e que isto afeta a presença das mulheres no mercado de trabalho. Da amostra coletada pelo órgão as mulheres dedicam 73% a mais do seu tempo aos afazeres domésticos, em relação aos homens. Até mesmo na esfera dos representantes políticos da sociedade, a mulher também é minoria mesmo com a existência da Lei 12.034/2017, que obriga as candidaturas a terem uma cota de 30% de representatividade em cada sexo. Isso nos mostra que há um problema na estrutura político-social brasileira.

Maders (2010) destacou ainda que apesar da grande contribuição do movimento feminista, as mulheres ainda vivem lutas constantes contra a organização do patriarcado, o que pode ser visto pela desigualdade salarial exemplificada acima, pela divisão de tarefas domésticas que ainda cai como maior responsabilidade para as mulheres, pelo percentual de mulheres ocupando cargos de liderança no audiovisual e no cinema, entre outros inúmeros exemplos que não caberiam apenas neste trabalho. Fora o embate de todas as mulheres em busca de conquistar seu espaço, precisamos pensar que essa conquista só estará completa quando o problema de gênero e de raça, atrelados, forem resolvidos

Mas, de acordo com uma frase dita pela filósofa Angela Davis durante entrevista publicada e realizada pelo jornal El País em 2017¹⁵, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Com essa frase a filósofa propõe que façamos um feminismo mais igualitário, que preza pela liberdade das mulheres negras e brancas com o mesmo afinco.

Conforme Djamila Ribeiro (2018), pensar o feminismo a partir de uma perspectiva da vivência da mulher negra, ou seja, feminismo negro, é intencional um projeto democrático. A proposta de Angela Davis casa com a proposta de Djamila Ribeiro em pensar no feminismo de maneira mais representativa. De acordo com Biroli (2018), ainda que sofram opressão de gênero, as mulheres brancas estão mais próximas do homem branco no quesito de oportunidades, tendo mais privilégios também do que o homem negro no Brasil.

A divisão sexual do trabalho incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural. Não é possível, assim, pressupor que

¹⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho> acesso em 20 de novembro de 2020.

¹⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html acesso em 25 de novembro de 2020.

os privilégios estão sempre entre os homens, e as desvantagens e as formas mais acentuadas de exploração, entre as mulheres (BIROLI, Flávia. 2018. p. 20)

Essa premissa revela que a luta feminista contribuiu sim para processo de emancipação feminina, mas de uma maneira que contemplou mais a mulher branca. A mulher negra enfrenta outros tipos de opressão além do gênero, por isso a importância de pensar um feminismo negro, pautado na luta contra as discriminações de gênero, de raça e de classe, além de ter um movimento protagonizado por essas mulheres que durante tanto tempo foram silenciadas.

4. O CINEMA

O cinema surgiu em 1895, quando os irmãos Lumière criaram o cinematógrafo: ferramenta que permitia a transmissão de imagens em formato de vídeo, que eram reproduzidos através do gênero de documentário. Em 1873, como já mencionado anteriormente, Alice Guy-Blaché fez a primeira produção com a narrativa de contar uma história fictícia, seguida de George Méliés, que aprofundou o desenvolvimento cinematográfico com introdução de aparatos técnicos como a sobreposição de cortes, o uso do zoom e sobreposição de imagens¹⁶. E assim o cinema foi evoluindo, com a chegada de outras produções cinematográficas e de movimentos como o surrealismo, o neo-realismo italiano, *nouvelle vague*, dentre outros movimentos que serviram de vanguarda para os períodos futuros¹⁷.

4.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA

De acordo com Simis (2007), políticas públicas culturais são iniciativas cuja responsabilidade emana dos órgãos governamentais e se definem pela escolha deliberativa de ações para o futuro, que estejam em harmonia com os interesses da sociedade, disseminando o acesso à cultura entre os indivíduos. Todavia, os gestores do poder público ainda impõem dificuldades quando se fala em investir nos setores culturais.

O Brasil é um país que sempre necessitou da interferência de incentivos públicos para que houvesse a realização do cinema. Segundo Ikeda (2015) ainda no início da década de 1990, quando o país estava sob o governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo, foi criada a Medida Provisória 151/90 que extinguiu diversos órgãos inclusive o Ministério da Cultura, transformado em uma secretaria de governo. Como esperado, o cinema passou a sofrer consequências no teor de suas produções e realizações pois, dentro do ramo cinematográfico, houve a liquidação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilmes), do Conselho Nacional do Cinema (Concine) e da Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), que representavam o pilar da política cinematográfica àquela época.

Após um ano destes desmontes, o cenário cultural do Brasil ganhou a publicação da Lei Rouanet, com a saída do então secretário de cultura, o cineasta Ipojuca Pontes, e a entrada do embaixador Sérgio Paulo Rouanet, criador da Lei .^o

¹⁶ Disponível em: <https://institutodecinema.com.br/mais/conteudo/a-origem-do-cinema#:~:text=%20A%20Origem%20do%20Cinema%20%201%20Pr%C3%A9-cinema.,para%20registrar%20atrav%C3%A9s%20de%20uma%20c%C3%A2mara...%20More%20,> acesso em 20 de novembro de 2020.

¹⁷ Disponível em: <http://www.artecines.com.br/category/movimentos-cinematograficos/>, acesso em 20 de novembro de 2020.

8.313 do dia 23 de dezembro de 1991. A Lei Rouanet foi criadora do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o que corroborou com a volta do apoio estatal ao âmbito da cultura. (IKEDA, 2015)

Já na gestão do governo de Itamar Franco, foi criada a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual (SDAv), o que retomou o Ministério da Cultura. Em seguida, de acordo com Ikeda (2015), foi criada a Lei do Audiovisual, que só foi consolidada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), quando existiu uma política cinematográfica baseada no modelo de incentivos fiscais. A partir daí, houve a criação de mecanismos de incentivo em que as empresas podiam escolher projetos para financiar em troca do abatimento do imposto de renda.

Em 2003, com a chegada do governo Lula, a cultura no país ganhou mais visibilidade e investimento, agindo diferente dos seus antecessores, que trabalhavam em cima do liberalismo, colocando o Estado apenas como regulador. De acordo com Ikeda (2015), o governo classificou a cultura na mesma ordem de importância da saúde e da educação e trabalhou seus conceitos em três dimensões: a cultura como produção simbólica, que visava a trazer a diversidade de expressão; a cultura como direito e cidadania, com a ideia de trazer inclusão social através dela mesma; a cultura como economia, gerando empregos diretos, indiretos e aumento da renda.

Neste mesmo governo, o fomento da produção audiovisual promoveu o fortalecimento da cidadania e da inclusão social. Um dos fatores era, por exemplo, patrocinar produções de pessoas em contexto social vulnerável, além de projetos importantes até hoje como o “Revelando os Brasis”, que convoca moradores de pequenas cidades (até 20 mil habitantes) para participar do edital de seleção, abordando temas da localidade. Ao trazer políticas públicas de inclusão de gênero, de raça, de classe social, etc., é possível diminuir as diferenças e promover democracia para se ter um país ainda mais plural.

De acordo com Calabare (2015), os investimentos com a cultura realizados no país, entre os anos de 2003 e 2010, ainda no governo Lula, foram tão representativos a ponto de ganhar repercussão internacional. Porém, com a chegada do governo Dilma Rousseff, 2011 a 2015, a cultura começou a sofrer perdas significativas, “tal perda se consubstancia tanto na demora da escolha do titular da pasta quanto na falta de critérios e projetos políticos para a mesma” (p. 38).

No ano de 2016 ocorreu o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e o governo ficou a cargo do ex-presidente Michel Temer. Com isso iniciava mais uma crise para o setor cultural brasileiro. Logo no início da sua gestão, Temer sancionou a Proposta de Emenda Constitucional 241/55, conhecida como

PEC do teto de gastos, que congelou, a partir de 2017, os gastos do governo durante 20 anos. Essa emenda afetou praticamente todos os setores, incluindo a cultura¹⁸. Outro fator contribuinte foi a extinção do Ministério da Cultura, feito por Michel Temer em 2016, mas logo revogado e extinto novamente pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2019, transformando-o em uma Secretaria de Cultura, incorporada ao Ministério da Cidadania¹⁹. Com a mudança, a Agência Nacional de Cinema (Ancine), autarquia de relevante importância para o setor audiovisual agora está incorporada ao Ministério do Turismo²⁰.

A Ancine é uma agência reguladora. Seu papel é regular, fomentar e fiscalizar o meio cinematográfico. A Ancine foi criada em 2001, através da Medida Provisória 2228-1²¹.

A Agência estrutura ações, com vistas ao desenvolvimento do mercado cinematográfico, em consonância com uma política de desenvolvimento que expressa um atendimento de metas governamentais, condicionando diretamente as condutas dos agentes de mercado para que sejam elegíveis aos financiamentos (IKEDA, 2015, p. 47)

O órgão também é responsável por disponibilizar aos pesquisadores, jornalistas e demais pessoas que se interessam no mercado cinematográfico, dados e estatísticas, boletins e outros documentos, relacionados às opções dos mecanismos legais, editais e formulários que facilitem o acesso à informação acerca do papel da Ancine como agência reguladora. Foram esses dados que revelaram o percentual de mulheres e homens que trabalharam como diretores, roteiristas, produtores, etc, na pesquisa já comentada neste trabalho. Esperamos que a Ancine seja também responsável por trazer mais democracia e representatividade a este setor, através do seu papel de reguladora.

Mas a democracia no meio cinematográfico pode voltar a se fragilizar. O atual presidente da república, Jair Bolsonaro, já demonstrou a sua disposição em censurar as obras, a exemplo da declaração que ele fez em julho de 2019: "Vai ter um filtro sim. Já que é um órgão federal, se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine. Privatizaremos, passarei ou extinguiremos"²². A declaração ganhou

¹⁸ Informações sobre a PEC 241 disponíveis em: <https://brasildebate.com.br/pec-241-pode-tirar-ate-90-do-orcamento-finalistico-da-cultura-em-5-anos/> acesso em 20 de novembro de 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://cultura.culturamix.com/geral/ministerio-da-cultura#:~:text=%20Hist%C3%B3ria%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Cultura%20%201,de%202016%2C%20o%20ent%C3%A3o%20presidente%20interino...%20More%20> acesso em 21 de novembro de 2020.

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/ancine/apresentacao> acesso em 23 de novembro de 2020.

²¹ Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/apresentacao>

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml> acesso em 23 de novembro de 2020.

repercussão entre os realizadores em todo o país, já que compromete a autonomia do órgão responsável em escolher as obras.

Para Simis (2007) a cultura é um direito do indivíduo e partindo da premissa que os direitos do cidadão são de responsabilidade do Estado, este deve estar preocupado em promover a cultura democraticamente e a construção da cultura democrática deve ter a liberdade de expressar-se como um de seus pilares.

O papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. (SIMIS, 2007. p. 135)

Essa afirmativa coloca em xeque a postura do atual (2018-2022) governo federal, em querer censurar as obras culturais através dos órgãos estatais de regulação, como a Ancine, por exemplo. Simis (2007, p. 135) fala ainda que a promoção das políticas públicas culturais regidas pelo Estado “não devem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel”.

Ikeda (2015) ressaltou que as políticas estiveram ocupadas em fazer a produção acontecer, mas pouco se fazia para que essas produções circulassem no mercado cinematográfico. Houve uma retomada da produção audiovisual mas não existiu a preocupação em inserir essas obras no mercado, o que deixou, mais uma vez, este espaço dominado por obras estrangeiras. Se não há espaço para o cinema como um todo, a problemática pode ser ainda pior quando levamos em consideração a representatividade feminina neste meio.

5. O PAPEL DA MULHER NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS

O cinema Hollywoodiano, segundo Kaplan (1995), foi encoberto de uma ideologia patriarcal em suas produções, firmada na construção social em que a mulher é composta a partir de um olhar masculinizado, o que revela as necessidades estabelecidas dentro de um inconsciente patriarcal. Por muito tempo, a mulher esteve apenas como personagens para deleite masculino, “quase todas as fantasias obedecem ao modelo domínio-submissão, com uma mulher ocupando segunda posição”. (p.41)

Na televisão, por exemplo, a imagem da mulher só esteve em evidência quando estava a serviço dos desejos do homem, como podemos ver em filmes, comerciais de TV, novelas e até mesmo no rádio. Indo mais a fundo, quase nunca as mulheres estavam por trás das produções, ainda mais as de grande sucesso. Em 2017, apenas 8% das 100 maiores bilheterias hollywoodianas foram dirigidas por mulheres. Neste mesmo ano, as mulheres representaram apenas 3% da equipe de filmagem, em um contexto geral²³. Isso traz a reflexão de que a falta de representatividade revelada pela pesquisa da Ancine, já mencionada aqui, não é um problema apenas do cinema brasileiro.

Segundo Lusvarghi e Vieira (2019), a luta das mulheres para conquistar espaço no cinema acontece desde a década de 1920, quando ainda se vivia em um contexto precário na indústria cinematográfica, reflexo de um país atrasado. Notamos isso por estar, naquele tempo, recém saído da escravidão.

Sobre a perspectiva de gênero a pesquisa da Ancine divulgou que, no cargo de direção, 75,7% das produções de longas-metragens realizadas em 2016 foram dirigidas por homens brancos, enquanto 19,7% foram dirigidas por mulheres, 2,1% por homens negros e 0,0% por mulheres negras.

A pesquisa também revelou que a maioria das produções dirigidas por mulheres foram do gênero documentário (29,5%), que geralmente é uma produção de baixo custo. As produções de animação e ficção, geralmente de alto custo, foram dominadas por diretores do sexo masculino. No contexto de direção de fotografia a realidade se repete: os homens também são maioria nesta função.

Como visto, enquanto a mulher branca está lutando para que seu espaço seja maior nos cargos de liderança visto que, no cinema, apenas 19% dos filmes foram dirigidos por mulheres, de acordo com dados da Ancine já representados aqui, a mulher negra está lutando para conseguir entrar neste espaço.

²³ Disponível em: <https://www.aicinema.com.br/mulheres-no-audiovisual-uma-reflexao/> acesso em 23 de novembro de 2020.

Pois, ainda que a questão de gênero venha ganhando cada vez mais espaço, por exemplo, com a paridade nas comissões de avaliação de fundos e editais, é preciso abrir a discussão de forma real sobre a ausência das mulheres negras quando se fala de cinema. (Lusvarghi e Vieira, 2019, l. 848)

Ainda segundo Lusvarghi e Vieira (2019), o Brasil teve a primeira diretora de cinema, mulher e negra, em 1984, quando Adélia Sampaio dirigiu o filme *Amor Maldito*, que contava a história de duas mulheres lésbicas mas, por causa do conservadorismo do país, não ganhou tanta visibilidade. E apenas em 2018, trinta e quatro anos após o filme de Adélia Sampaio, o Brasil pôde ver outra mulher negra na direção de um filme²⁴, Viviane Ferreira em *Um dia com Jerusa*, que inclusive foi a única mulher contemplada pelo edital de premiação que consagrou seu filme.

Adélia Sampaio, segundo Lusvarghi e Vieira (2019), expôs as dificuldades enfrentadas em sua carreira, que como mulher negra e pobre viveu intensas dificuldades, além de ter que lidar com o preconceito por ter feito o filme com uma temática LGBT em plena década de 1980. A diretora relata que sentiu o preconceito quando, misteriosamente, o negativo dos seus filmes desapareceram do acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM).

Cinema é, sem dúvida, uma arte elitista, aí chega uma preta, filha de empregada doméstica, e diz que vai chegar à direção, claro que foi difícil! Até porque me dividia entre fazer cinema e criar meus dois filhos (Lusvarghi e Vieira, 2019, l. 713)

Lusvarghi e Vieira (2019) relatam que o caso de Adélia Sampaio não é o único que acabou caindo no esquecimento e não sendo reconhecido por estudiosos e críticos da sétima arte. De acordo com as autoras, uma quantidade significativa de mulheres, entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, tiveram suas produções invisibilizadas, o que pode ser reflexo do machismo neste setor.

O cinema, como se pode ver, atua sob uma perspectiva sexista e racista ao longo de toda a sua história, além de galgar a sua história sob o prisma do patriarcado, refletido em todos os contextos da sua produção. Segundo Bernardazzi e Trigueiro (2020), é importante que a mulher ocupe o espaço de pesquisadora/escritora no domínio cinematográfico. As autoras acreditam que esta é uma das maneiras mais eficientes de mudar a realidade de como acontece a participação feminina no audiovisual.

²⁴ Vale salientar que o dado em questão refere-se a filmes que foram catalogados e/ou veiculados no circuito nacional. Embora tenhamos mulheres negras dirigindo produções independentes, mas que não foram veiculadas nos principais meios audiovisuais.

5.1 O POTENCIAL FEMININO NAS FUTURAS PRODUÇÕES

Ao longo da história do audiovisual no Brasil, temos nomes de mulheres diretoras que são de grande importância para o cinema, a exemplo de Adélia Sampaio (já mencionada aqui), Ana Maria Magalhães, Carmem Santos, Cléo de Verberena, Eunice Gutman, Gilda Bojunga, Gilda de Abreu, Helena Solberg, Sandra Werneck e Suzana Amaral. (Mulheres de cinema, Mariana Monteiro e Viviane Gouvea, 2019).

Muitas dessas mulheres acabaram tendo suas obras invisibilizadas, principalmente, segundo Gouvea e Monteiro (2019), quando se tratava de diretoras. Geralmente quando as mulheres estavam na posição de atrizes, cantoras ou em outro tipo de função artística, sua lembrança era mais forte do que quando diretoras, roteiristas ou produtoras.

Mas jamais atrás das câmeras, envolvidas com a tarefa de realizar um filme. Isso não causa surpresa, uma vez que são os filmes produzidos e dirigidos por homens que perfazem a esmagadora maioria do que é realizado, além de atraírem um público significativamente maior. (p. 11)

É importante ressaltar que parte dessas diretoras tiveram suas obras como maneira de questionar a ditadura. Adélia Sampaio, com seu filme *Adulto Não Brinca* (1982), Lúcia Murat, cineasta que sempre abraçou as causas sociais tendo que inclusive viver na clandestinidade durante o Ato Institucional número 5 (AI5)²⁵, após ser presa e torturada. Murat passou a se dedicar ao cinema na década de 1980²⁶ e dirigiu filmes como o *Que Bom te Ver Viva* (1989), que conta história de mulheres que participaram do embate contra o Regime Militar²⁷.

Alguns filmes da sua produtora – Taiga Filmes e Vídeo – estão depositados em regime de comodato no Arquivo Nacional, e ela é citada algumas vezes na documentação do SNI²⁸. A presença dessas cineastas em documentos de um órgão de vigilância do governo militar ecoa, na verdade, o engajamento dessas mulheres em movimentos sociais, inclusive o feminista, que como qualquer iniciativa de organização da sociedade civil era visto com extrema desconfiança pela ditadura. (GOUVEA E MONTEIRO. 2019. p. 11)

²⁵ AI5: criado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, o AI5 é até hoje conhecido como o pior ato institucional da ditadura militar. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> acesso em 24 de novembro de 2020.

²⁶ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/lucia-murat/> acesso em 24 de novembro de 2020.

²⁷ O Regime Militar (1964-1985), período em que o Brasil viveu sob o governo sucessivo de militares e sob duras leis de censura.

²⁸ Serviço Nacional de Informações (SNI): criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra informações no Brasil e exterior. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_Nacional_de_Informa%C3%A7%C3%B5es acesso em 24 de novembro de 2020.

O resgate da história de mulheres cineastas é uma tarefa importante, ainda segundo Gouveia e Monteiro (2019), até mesmo ir a fundo à história cinematográfica e falar sobre uma das precursoras do cinema, Alice Guy-Blaché, também já mencionada aqui, revela o empenho das pesquisadoras contemporâneas em ressaltar a importância da representatividade e do potencial feminino no audiovisual e no cinema. Guy-Blaché deixou legados importantes referentes aos aparatos técnicos do cinema, como o close, a sincronização do som e da imagem e a coloração manual dos filmes em preto e branco.

Gouveia e Monteiro (2019) ressaltaram ainda nomes como Lois Weber (1879-1939), diretora e roteirista, que foi a primeira mulher a dirigir um filme nos Estados Unidos. A cineasta roteirizava, dirigia e produzia seus filmes, além de ficar conhecida por trabalhar temas polêmicos em suas obras à luz daquela época como pena de morte, desigualdade social, etc. Mesmo tendo sido comparada a nomes de alta relevância para o cinema da época, como por exemplo David Griffith, assim como outras mulheres, Weber caiu no esquecimento na história do cinema.

As autoras afirmam ainda que no início da história de Hollywood, era comum ver mulheres protagonizando os papéis de liderança nas produções, algo que mudou quando a indústria começou a se tornar mais lucrativa e os homens passaram a tomar o lugar das mulheres, que foram deixadas de lado. Coube a elas apenas o papel de atriz.

Holanda e Tedesco (2018) reiteram que, no cinema, é possível ver um progresso da participação feminina mas os estudos constatam que ainda é ínfimo o percentual de publicações de obras realizadas por mulheres, em detrimento das participações masculinas, sobretudo quando se avaliam os papéis de direção, roteiro e produção. Para as mulheres restaram os papéis estereotipados de personagens femininas dentro das tramas que eternizaram o ser feminino nas funções de mãe, donas de casa e detentoras da beleza e da sedução. Quando o personagem foge desse clichê, é representado como algo vil, feio e ruim.

Em busca de incitar a representatividade feminina, um grupo de mulheres criou a plataforma *mulheresaudiovisual.com.br*. O site é um espaço onde realizadoras do audiovisual podem compartilhar suas contribuições para essa arte, com o objetivo de obter reconhecimento, divulgar e distribuir conteúdos produzidos por mulheres, de forma gratuita. Outro objetivo da plataforma é registrar a memória das produções que, há anos, são invisibilizadas no país²⁹. Para as idealizadoras do site, esta é uma forma de quebrar a estrutura hegemônica do cinema, que define os

²⁹ Disponível em: <https://mulheresaudiovisual.com.br/sobre-mulheres-audiovisual> acesso em 23 de novembro de 2020.

homens como seus principais produtores, e mostrar que as mulheres não só podem como fazem parte da construção cinematográfica do país.

Em março de 2019 a Ancine aprovou, através do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA), cotas que englobam os grupos de minorias de mulheres, indígenas e negros, por meio de um edital para produção de cinema que destina R\$ 100 milhões do FSA para a execução de projetos de longa-metragem independente de ficção, documentário e animação. Aproximadamente 35% dos projetos deverão ser dirigidos por mulheres (cis ou trans), no intuito de alavancar o índice de representatividade feminino nas produções do circuito nacional. Além disso, a empresa *Netflix* divulgou que irá priorizar, nas produções nacionais, as tramas femininas. Alguns exemplos de produções protagonizadas por mulheres já veiculadas na *Netflix* são: *Coisa Mais Linda*, 3% e *Samantha*!³⁰.

Estas iniciativas podem ser um avanço para que o cenário de representatividade feminina, e das minorias, seja diferente nas próximas décadas e que o cinema passe a andar sobre os encaixes da luta contra o cinema hegemônico. Mas que podem estar ameaçadas pelos desmontes que a cultura vem sofrendo nos últimos quatro anos, a exemplo da PEC 241, já citada aqui, da fala do presidente da república, também citada anteriormente, que demonstram a escala de ódio pela cultura que o país está vivendo, o que lembra os entraves sofridos por cineastas que viveram a Ditadura Militar.

Fazer cinema sob a ótica da mulher, sobretudo as que carregam consigo os ideais feministas, é dar um direcionamento diferente aos moldes hegemônicos que a sociedade está habituada a consumir. Que através da arte ela, a mulher, não esteja, como disse Laura Mulvey (2018. p. 377), “presa a seu lugar como portadora de significado e não produtora de significado”.

Mulvey (2018) relata que o cinema agora tem outras alternativas para além da hollywoodiana, com a crescente tecnologia que ajuda a difundir o cinema em meios contra-hegemônicos, a mulher pode ter vez e voz, pode realizar suas produções a partir das suas vivências e do seu olhar, pode quebrar a lógica do patriarcado e do olhar masculino.

O cinema alternativo, por outro lado, cria um espaço para o aparecimento de um outro cinema, radical, tanto num sentido político quanto estético, e que desafia os preceitos básicos do cinema dominante. Não escrevo isto no sentido de uma rejeição moralista desse cinema, e sim para chamar a atenção para o modo como as preocupações formais desse cinema refletem as obsessões psíquicas da sociedade que o produziu, e, mais além, para ressaltar o fato de que o cinema alternativo deve começar especificamente pela reação contra essas obsessões e premissas (MULVEY, Laura. 2018. p. 378)

³⁰ Dados disponíveis em: <https://www.aicinema.com.br/mulheres-no-audiovisual-uma-reflexao/> acesso em 23 de novembro de 2020.

A autora alerta ainda para o fato de que a produção cinematográfica protagonizada por mulheres pode existir, através do cinema alternativo, como um contraponto, “satisfação e o reforço do ego, que representam o grau mais alto da história do cinema até agora, devem ser atacados” (MULVEY, 2018. p. 379). E reitero que não somente a lógica patriarcal de opressão de gênero deve ser atacada, mas o racismo, a LGBTfobia e todas as outras formas de opressão. Que esse potencial feminino nas produções seja um ato político.

6. O PODCAST

O audiovisual é uma ferramenta de comunicação que engloba diversos canais, um deles é a sonoridade. O som existe desde muito tempo na história da humanidade. Na maioria das vezes, é através dele que tanto os animais quanto os seres humanos se comunicam. O som é uma onda mecânica que se propaga no espaço e manifesta sentido. Através dessa onda podemos transmitir mensagens, como era visto frequentemente por meio de aparelhos de rádio, e agora por meios digitais, a exemplo do *podcast*, um formato simples e barato que permite propagar a mensagem através de plataformas gratuitas como *SoundCloud*, *Spotify*, *Deezer* e até mesmo *Youtube*, um canal de vídeo mas que muitos usuários usam para reproduzir, em áudio, seus *podcasts*.

Segundo Carvalho (2011) o *podcast* é uma alternativa pedagógica e inclusiva que já tem sido utilizada inclusive como método de ensino, já que é uma nova possibilidade sonora da internet. Com as transformações tecnológicas, abrimos espaço para novos meios de comunicação e formas de interação. O *podcast* surgiu por volta de 2004 e desde então tem crescido, sobretudo nos últimos anos.

O uso da mídia *podcast* como suporte de programas de áudio e sua forma de distribuição têm crescido amplamente no Brasil desde o início de seu uso no final do ano de 2004. Apesar do desaparecimento de inúmeros *podcasts*, o chamado *podfade*, ocorrido no ano de 2005, a produção e profusão deste formato retornaram com bastante força para a rede a partir de 2006 (CARVALHO, 2011. p.3)

Ainda segundo Carvalho (2011) o *podcast* permite a liberdade do usuário de ouvir onde e quando quiser, uma vez que só é preciso fazer o download das plataformas onde os *podcasts* estão sendo transmitidos. A partir disso, é possível fazer usufruto do *podcast* de acordo com os horários e necessidades de cada ouvinte, sem precisar estar preocupado com horários e programações, como acontecia no rádio, por exemplo.

Além disso, como já mencionei na introdução e na metodologia deste trabalho, o *podcast* foi escolhido por se tratar de uma ferramenta que acho extremamente acessível e prática, além de ser um formato que eu procuro escutar cada vez mais e vejo o interesse em colegas e amigos por esse tipo de produto.

6.1 RELATÓRIO DA GRAVAÇÃO DO PROJETO PILOTO BLACHÉCAST

O episódio piloto do Blachécast foi gravado no dia 10 de novembro de 2020 de forma remota, em virtude da pandemia ocasionada pelo Covid-19. A gravação foi realizada através do aplicativo *Anchor* que permite a participação remota de mais de duas pessoas, além do mediador. O material técnico usado para a gravação foi o

microfone dos aparelhos de celular das participantes e para a edição do episódio piloto foi usado o programa *Audacity*. Apesar de algumas dificuldades técnicas durante a gravação, como alguns ruídos durante as falas ou perda do volume sonoro das falas, foi possível realizar uma troca de conhecimentos entre a mediadora e as participantes. A ideia inicial era realizar uma gravação no estúdio de gravação de áudio do Departamento de Comunicação da UFRN (Decom), o que não foi possível, como já mencionado, em razão do isolamento social ocasionado pela pandemia.

Espera-se que esse episódio piloto seja o primeiro passo em busca de um projeto que prioriza a representatividade feminina, que fale de cinema a partir do olhar de mulheres que fazem parte, ou pretendem fazer, do mercado cinematográfico regional. Que seja um espaço para dialogar e trocar ideias não somente sobre a profissão, mas sobre as produções, festivais, coletivos e estudos que envolvem o cinema, além de permitir dialogar com as outras nuances do audiovisual como *webséries*, programas televisivos, etc.

A primeira convidada foi a documentarista e jornalista Dênia Cruz, que traz uma bagagem de mais de 20 anos de produção audiovisual, é mestre em Estudos da Mídia (PPGEM/UFRN), especialista em Cinema (UFRN) e docente na Especialização em Produção de Documentário da UFRN, além de trabalhar como Produtora executiva em projetos audiovisuais e produtora cultural. A outra participante é a fotógrafa Rebeca Cruz Costa, ex-aluna do curso de Radialismo da UFRN (não concluído), graduada em Design Gráfico pela Universidade Potiguar (Unp) e que teve, em suas produções acadêmicas, contato com o audiovisual e com o cinema, algo que a inspira como profissional e que pretende investir em momentos futuros.

As convidadas relataram seu ponto de vista como mulheres trabalhadoras, revelando os entraves que o gênero proporciona diante do mercado, não somente no âmbito do audiovisual, mas em outros trabalhos já protagonizados por elas. A discussão inserida no episódio ocorreu de maneira informal, em que a troca de experiências fez as participantes reconhecerem-se umas nas outras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a minha infância, sempre fui questionadora do como e por que as coisas acontecem da forma que acontecem, e sempre me senti injustiçada por não entender porque certas coisas me foram negadas pelo simples fato de ser mulher. Costumo dizer que muito antes de saber o que era feminismo, eu já era, em minha essência, feminista. A injustiça é algo que sempre me incomodou e nunca achei justo o tratamento diferenciado que meninas e meninos recebiam na minha infância. Resgatei essas inquietações da minha infância, que perduraram pela minha vida até hoje e sempre tentei fazer meus trabalhos e produções acadêmicos pautados na representatividade.

Ao longo da elaboração deste trabalho busquei resgatar também a história de mulheres cineastas que ficaram perdidas ou foram ofuscadas pela conjuntura social machista dentro do mercado e busquei entender a importância do empoderamento feminino para que o lugar social da mulher seja ressignificado, especialmente no meio cinematográfico. Perceber como as relações de poder construídas na sociedade contribuíram, ao longo dos anos, para a criação de uma divisão de gênero nas tarefas sociais, em que sobra para a mulher o papel secundário nas produções. Distinguir as diferenças existentes nas lutas por emancipação da mulher branca e da mulher negra, mostrando, por exemplo, como isso ainda pesa nos dias de hoje, a exemplo dos dados da Ancine que mostraram uma representatividade mínima da mulher negra nas produções de cinema do circuito nacional.

Além disso, a elaboração do projeto experimental de um podcast, o Blachécast, que já busca dar voz às cineastas que vivem a realidade norteriograndense, a exemplo da documentarista Dênia Cruz, que participou do episódio piloto. Na parte teórica foram realizadas pesquisas em que o conhecimento foi amplificado e consegui fazer uma análise dos dados relevantes dentro deste tema, bem como a realização de um apanhado histórico sobre o papel que a mulher tem exercido ao longo da história, quais evoluções ela conseguiu obter até agora e o que ainda é preciso conquistar. A finalidade é trazer essas discussões como uma forma de contribuir, ainda que minimamente, para que haja mudança da realidade da mulher que faz audiovisual, tendo em vista que ainda vivemos em um campo dominado por homens.

A escolha do formato *podcast* também foi baseada nos meus anseios pessoais, por acreditar que a disseminação das informações precisa ser feita de uma maneira democrática, com o objetivo de alcançar um grande contingente de pessoas. Como já foi dito, o *podcast* é um formato que tem crescido bastante em curto período de tempo. Desde que comecei a consumir os conteúdos que eu gosto por meio das plataformas que disseminam os *podcasts*, percebi que ele muitas vezes estava sendo usado como uma ferramenta educativa. A praticidade em poder me inteirar sobre um assunto enquanto fazia os afazeres domésticos, tomava banho

ou estava no trânsito, deu-me o insight de que eu também poderia levar de alguma forma as minhas inquietações para outras pessoas, em um formato que pode ser veiculado em plataformas gratuitas disponíveis para *smartphones* e computadores.

Foi notado, ao longo do trabalho, que existe um aumento de mulheres pesquisando e buscando o resgate de suas histórias dentro do cinema, como o site já mencionado aqui *mulheresaudiovisual.com.br*. Durante as pesquisas foram encontrados diversos textos, artigos e publicações onde outras mulheres identificaram a importância de gerar representatividade e escrever suas próprias histórias e é com esse entusiasmo que me sinto animada a falar para mais e mais mulheres que é possível chegar longe e conquistar nossos sonhos. É como eu penso: “se elas podem, eu também posso”.

Durante a pesquisa também foi possível identificar que tem crescido a preocupação em criar políticas públicas de inclusão para as minorias, o que engloba mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+ e pessoas inseridas em algum contexto de vulnerabilidade social. Mas é preciso se preocupar com a onda de liberalismo e conservadorismo que estamos vivendo atualmente, que tenta colocar as minorias de volta em funções subalternas e com isso aproveito para reforçar a importância de ser resistência no atual cenário e poder lutar pelo lema “nenhum direito a menos”. Abordar assuntos como esse durante esse período, foi para mim uma forma de ser resistência, embora eu acredite que ainda posso (e quero) fazer muito mais. Nas palavras de Manuela D’ávila, (2019. p. 36) “defendo o chamado feminismo emancipacionista, cuja ideia é de que não basta nos libertar individualmente e nem apenas a nós mulheres, é preciso construir as condições para a liberdade de toda humanidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Grazielle. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. 2012. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/download/22336/19243/>> acesso em 28 de outubro de 2020

ANDRIOLI, Liria Ângela. ANGELIN, Rosângela. A Influência da Religião na Construção da Identidade Feminina e no Movimento Feminista de Mulheres. 2012. Anais do Congresso Internacional da Faculdade Est. vo.1. (p.1455-1468)

BERNARDAZZI, Rafaela. Trigueiro, Vanessa Paula. Mulheres no cinema potiguar: a atuação das profissionais no set de filmagem. *in*: Claquete Potiguar 2: histórias e processos do audiovisual no Rio Grande do Norte. Porto Alegre. 2020

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2018.

CALABARE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. Políticas culturais no governo Dilma. Salvador. 2015.

CARVALHO, Paula Marques. Podcast: Novas possibilidades sonoras na Internet. 2011.XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Acesso em 12 de dez de 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres Raça e Classe. São Paulo: Boitempo. 2016

GUBERNIKOFF, Giselle. A imagem: representação da mulher no cinema. 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/428479531/GUBERNIKOFF-Gisele-a-Imagem-Representacao-Da-Mulher-No-Cinema>> Acesso em 20 de novembro de 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Rio de Janeiro. 1980.

GOUVEA, Viviane. MONTEIRO, Mariana. Mulheres de Cinema. *in*: O cinema Político de Agnes Varda. 2019. Rio de Janeiro

HOLANDA, Karla. TEDESCO, Marina Cavalcanti. Feminino e Plural: mulheres no cinema brasileiro. 2018. Papyrus Editora. Disponível em <App do Kindle da Amazon>

IKEDA, Marcelo. Cinema brasileiro a partir da retomada. São Paulo: Summus Editorial. 2015

KAPLAN, Ann. A mulher e o cinema: os dois lados da câmera. Rio de Janeiro. 1995

KREUTZ, Kátia. Mulheres no audiovisual: uma reflexão. Academia Internacional de Cinema. 2018. Disponível em: < <https://www.aicinema.com.br/mulheres-no-audiovisual-uma-reflexao/>> Acesso em: 27 de outubro de 2020

LUSVARGHI, Luiza. SILVA, Camila Vieira. Mulheres atrás das câmeras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018. 2019. São Paulo. Disponível em: (App do Kindle da Amazon)

MADERS, Angelita Maria. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. 2010. Disponível em: (<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/232/409>) Acesso em 25 de novembro de 2020.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e cinema narrativo. *in*: A experiência do cinema. 2018. Editora Paz e Terra. São Paulo

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antiracista. 2019. Companhia das Letras.

_____. Quem tem medo do feminismo negro?. 2018. Companhia das Letras

SINIGAGLIA, Bruna. O papel laboral da mulher na sociedade brasileira contemporânea: uma análise sobre sua evolução, a partir de um estudo de caso em uma empresa no município de Santa Rosa - RS. 2018. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Bruna-Sinigaglia.pdf> acesso em 20 de novembro de 2020

SIMIS, Anita. A Política Cultural como Política Pública. 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf> acesso em 20 de novembro de 2020

SIMÕES, Fátima. HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações do século XX. 2012. Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas. Nº 02 – Ano I. Minas Gerais.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. *in*: BARROS, Antônio. DUARTE, Jorge. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Atlas. 2006. p. (50-61)